

# Conhecimento e interesse: analisando fatores que influenciam a constituição do campo acadêmico da pesquisa sobre política educacional

*Knowledge and interest: analyzing factors affecting the constitution of the field of academic research on educational policy*

*Conocimiento e interés: analizando factores que afectan la constitución del campo académico de la investigación sobre la política educacional*

---

ANA LÚCIA FÉLIX DOS SANTOS

**Resumo:** O trabalho aborda a produção do conhecimento sobre política educacional e a formação do campo acadêmico dessa área. Buscando articular a teoria dos campos de Bourdieu à análise de discurso, toma o discurso como prática social para, então, compreender como o discurso sobre política educacional é produzido, distribuído e consumido, formando o campo acadêmico concernente. Assim, visa encontrar nos discursos de pesquisadores entrevistados marcas constitutivas e representativas dessa prática social, marcas que aparecem como fatores que incidem sobre as escolhas dos objetos de estudo e, portanto, condicionam a relação entre conhecimento e interesse.

**Palavras chave:** política educacional; conhecimento e interesse; campo acadêmico; discurso.

**Abstract:** This paper addresses the production of knowledge about educational policy and academic training of this area. Seeking to articulate the field theory of Bourdieu to discourse analysis, takes the discourse as social practice, and then understand how the discourse on education policy is produced, distributed and consumed, forming the concerning academic field. Thus, aims to find in the interviewed researcher's speeches the constitutive and representative brands of this social practice, marks appearing as factors that influence the choices of subjects and, therefore, affect the relationship between knowledge and interest.

**Keywords:** educational policy; knowledge and interest; academic field; speech.

**Resumen:** En este trabajo se aborda la producción de conocimiento acerca de la política educacional y la formación del campo académico de esta área. Tratando de articular la teoría de los campos de Bourdieu al análisis del discurso, tomando el discurso como práctica social para entonces entender cómo el discurso sobre la política educacional es producido, distribuido y consumido, formando el campo académico concerniente. Así, el trabajo busca encontrar en los discursos de los investigadores entrevistados marcas constitutivas y representativas de esta práctica social, marcas que aparecen como factores que influyen en las decisiones a la hora de escoger sus objetos de estudio y, por lo tanto, afectan la relación entre conocimiento e interés.

**Palabras clave:** política educacional; conocimiento e interés; campo académico; discurso.

## INTRODUÇÃO

Entendendo o discurso como prática social, este trabalho analisa a produção do conhecimento desenvolvida no campo acadêmico da política educacional, tendo como campo empírico linhas de pesquisa que abordam a temática da política educacional desenvolvida dentro dos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGEs) do Nordeste do Brasil. Especificamente, optamos por trabalhar com os PPGEs que, no momento da pesquisa (2007-2008), possuíam cursos de mestrado e doutorado. Este critério foi utilizado por ser este um fator de maior consolidação do PPGE<sup>1</sup>. O *corpus* efetivo para análise se constituiu do resultado de entrevistas realizadas, presencialmente, com quatorze pesquisadores inseridos em cinco linhas de pesquisa. Analiticamente, articulamos a teoria dos campos de Bourdieu à análise de discurso textualmente orientada (ADTO) desenvolvida por Fairclough (2001). Deste modo, buscamos entender o discurso como prática discursiva e social para, neste caminho, compreender como o discurso sobre política educacional é produzido, distribuído e consumido, formando o campo acadêmico específico desta área do conhecimento. Tomando como norte a relação entre conhecimento e interesse, enquanto par dialético que constitui e é inseparável na produção de conhecimento buscamos encontrar, nos discursos, as marcas constitutivas e representativas da prática social que aqui é foco do nosso interesse. Estas marcas são tratadas como fatores de influência que incidem sobre as escolhas dos objetos de estudo, ou seja, são fatores que contribuem e até determinam a relação entre conhecimento e interesse que marca a produção do conhecimento.

Neste processo de análise, trabalhamos com o conceito de campo científico de Bourdieu e lembramos que este autor debate a relação conhecimento e interesse neste campo, afirmando que, no mesmo, não há conhecimento desinteressado.

A discussão sobre conhecimento e interesse aparece na produção de alguns autores clássicos. Além de Bourdieu, podemos citar Habermas (1980), por exemplo. Isto porque o envolvimento do cientista social com o “seu” objeto de investigação e o “seu” mundo é uma polêmica antiga, mas sempre atual. Nela residem questões acerca da relação entre conhecimento e interesse, fato e valor, teoria e método, com desdobramentos importantes para a prática da pesquisa, desde o processo até seus possíveis resultados. Encontramos, tanto em Habermas (1980) quanto em Bourdieu, reflexões em torno da impossibilidade

---

<sup>1</sup> Os PPGEs envolvidos na pesquisa foram: PPGE da Universidade Federal do Ceará; PPGE da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; PPGE da Universidade Federal da Paraíba; PPGE da Universidade Federal de Pernambuco e PPGE da Universidade Federal da Bahia.

da neutralidade científica. A primeira – óbvia até – vem da compreensão de que o objeto de estudo do cientista social é o próprio mundo social, do qual ele é produto e de onde retira os problemas que quer estudar, os quais também são produtos deste mesmo objeto. Daí que é importante se questionar, a todo instante: como construir um objeto científico no mundo social onde o próprio pesquisador é sujeito e também objeto? Que tipo de prática científica é necessária neste caso?

A noção de interesse se coloca, para Bourdieu (2005), como um instrumento de ruptura com uma visão encantada e mistificadora das condutas humanas. No campo da sociologia, trabalhar com esta noção significa compreender que há uma razão para os agentes fazerem o que fazem. Este autor, utilizando a metáfora do jogo, explica que esta noção nos remete ao envolvimento prático do sujeito neste jogo. Ter interesse por determinado jogo significa estar no jogo, estar envolvido no jogo, levar o jogo a sério: “*Interesse* é ‘estar em’, participar; admitir, portanto, que o jogo merece ser jogado e que os alvos engendrados no e pelo fato de jogar merecem ser perseguidos; é reconhecer o jogo e reconhecer os alvos” (BOURDIEU, 2005, p. 139).

Aceitando esta metáfora do jogo, dizemos que os pesquisadores entram no jogo da produção do conhecimento porque concordam que vale a pena lutar pelas coisas que estão em jogo neste campo e, mais, que eles aceitam as regras (mesmo que tenham propensão para mudá-las). Este jogo é constituído por práticas científicas que são permeadas por interesses orientados para a aquisição da autoridade científica (prestígio e reconhecimento) e não apenas por interesses cognoscitivos ou ideológicos, como pregavam os positivistas. É neste âmbito que se incluem e se revestem de sentido os fatores que influenciam a escolha pelos temas/objetos de estudo, no campo acadêmico da pesquisa em política educacional.

Interligadamente, Bourdieu (2004) vai nos explicar como nascem os problemas de pesquisa, estabelecendo uma relação com a ordem social vigente. Para ele, “cada sociedade, em cada momento, elabora um corpo de *problemas sociais* tidos por legítimos, dignos de serem discutidos, públicos, por vezes oficializados e, de certo modo, *garantidos pelo Estado*” (BOURDIEU, 2004, p. 35). Em todos os casos, descobrir-se-á que o problema foi *socialmente produzido*, num trabalho coletivo de construção da realidade social e por meio deste trabalho; e que foi preciso um movimento (reuniões, comissões, publicações etc.) para que aquilo que era privado se transformasse num “*problema social*, num problema público, que se pode falar publicamente ou mesmo num problema oficial, objeto de tomadas

---

<sup>2</sup> Grifos do autor.

de posições oficiais, e até mesmo leis ou decretos” (BOURDIEU, 2004, p. 37).

No entanto, é necessário ressaltar que não é qualquer problema social que se transmutará em objeto de pesquisa e que será foco do interesse do pesquisador. O pesquisador colocará a funcionar sua percepção e sua capacidade de apreciação das chances de se obter lucro com tal investida. Isto é, a imposição de problemáticas para o pesquisador torna-se mais provável quando os problemas sociais são aqueles que têm maior garantia de receberem *grants*<sup>3</sup>, materiais simbólicos, de serem *bem vistos* pelos administradores científicos (BOURDIEU, 2004).

Ao debatermos o campo acadêmico da política educacional, é certo afirmarmos que a dinâmica que o envolve não foge a esta regra. Pudemos apreender que, de uma forma geral, os interesses são contingenciais, contingências que podem surgir a partir das práticas sociais em que cada agente/ sujeito está inserido e que já supõe um *habitus* incorporado. A escolha por um tema de pesquisa e o surgimento de um interesse também estão marcados por circunstâncias diversas, todas elas ligadas ao ambiente profissional e acadêmico e às possibilidades de maior inserção e reconhecimento dentro do campo. É certo que há uma interligação de fatores que vai incidir sobre as escolhas, talvez nunca ocorra o caso de um só fator ser responsável por um interesse de pesquisa, tal a complexidade que envolve este campo, mas tentaremos debater estes fatores separadamente, mesmo que apenas como uma tentativa didática de “pôr ordem no discurso”.

## OS PROGRAMAS E PROJETOS EDUCACIONAIS COMO FOCO PRINCIPAL DOS INTERESSES

A relação entre conhecimento e interesse no campo de estudo sobre política educacional, sem nenhuma surpresa nesta pesquisa, está identificada na maior quantidade de investigações desenvolvidas sobre programas e projetos educacionais em ação nos diferentes níveis do nosso estado federativo. Ou seja, os programas e projetos educacionais postos em movimento pela ação da política pública são um dos principais objetos de interesse dos pesquisadores.

Na medida em que estamos trabalhando com pesquisa sobre política educacional, campo que é alimentado e que, ao mesmo tempo, influencia a própria política em ação, citamos Muller e Surel (2002), que discutem o conceito de política pública considerando-a, também ao mesmo tempo, como um construto social e um construto de pesquisa, ou seja, entendendo que os

---

<sup>3</sup> Expressão utilizada por Bourdieu que traduzida pode significar ganhos, subsídios, privilégios (BUENO, 2000).

contornos de uma política “são sempre suscetíveis de serem postos em questão, através de um processo constante de redefinição da estrutura, e portanto, dos limites dos campos políticos” (MULLER; SUREL, 2002, p. 13). É esta dinâmica que está na base da existência do campo acadêmico que estamos investigando: a política em ação alimenta o campo científico e os resultados advindos das pesquisas alimentam o campo político.

Não é demais lembrar que este campo está marcado por escolhas, ordenações, seleções e demais atos que configuram a existência e as formas de organização de um campo de pesquisa e, direta ou indiretamente, trazem as marcas das relações de força e de poder próprias deste espaço. Aqui, ressaltamos que há uma forte influência dos condicionantes advindos da própria política educacional, ou seja, da ação do Estado. Os programas e projetos educacionais são uma das formas de materialização da ação do Estado no campo da educação, e estes projetos e programas vão fazer emergir objetos que vão dar vida aos estudos neste campo (AZEVEDO; AGUIAR, 2001).

Mas esta constatação não é suficiente para entender as ressignificações, os movimentos de conciliação e conflito que estão na base da formação e legitimação de um campo acadêmico, que constitui uma prática social que se expressa através de um discurso legítimo. Observamos que a entrada no próprio campo de estudo sobre a política, às vezes, acontece por uma aproximação com um dos programas governamentais, como podemos apreender das falas de um dos nossos entrevistados.

Como é que se dá a minha guinada para a política pública para a educação? A partir dos seminários de implantação do FUNDEF em 1997. Em 97 [...], nós participamos dos diversos seminários de formação para divulgar no NE essa nova política do FUNDEF e logo de imediato eu também entrei para o doutorado e meu tema de estudo foi precisamente os conselhos de acompanhamento e controle do FUNDEF. (Entrevista 13).

Este sujeito inicia sua carreira de pesquisador a partir do momento em que passa a integrar o corpo docente de uma universidade pública e esta sua integração o leva a aproximar-se de um grupo de estudos que é convidado, pelo órgão governamental competente, a divulgar este programa de financiamento da educação pública. Desta aproximação, origina-se o interesse por um estudo mais preciso e mais abrangente deste programa, o que leva o sujeito a transformar o programa em um objeto de estudo.

No que diz respeito à relação entre conhecimento e interesse, algumas inferências podem ser feitas sobre esta escolha. Naquele momento, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do

Magistério (FUNDEF)<sup>4</sup> era uma medida nova, tanto que, naquele momento, o governo federal solicita ajuda da universidade para divulgação desta política de financiamento na Região Nordeste. Um fundo de financiamento novo e da amplitude que comportou se constituiu justamente num objeto promissor, com chances de trazer lucro garantido para quem se propusesse a investir numa pesquisa sobre o mesmo. E, assim, articulado a interesses subjetivos, dada a história de vida do entrevistado que se encanta pela educação (ele não foi graduado na área de educação), há a percepção prospectiva do pesquisador, que vê neste objeto a possibilidade de um investimento promissor. O que de fato vai acontecer, já que o sujeito em tela escreve sua tese de doutoramento sobre o assunto e continua, na condição de doutor pesquisador, a investigar o assunto e a publicar sobre o mesmo ganhando, deste modo, reconhecimento do seu trabalho, tanto dentro da universidade quanto no campo da pesquisa, haja vista os trabalhos publicados e sua inserção em eventos nacionais e regionais.

Para Bourdieu, a escolha de determinados projetos ou programas governamentais também sofre a influência de modismos que acometem no campo acadêmico e sociológico. No campo da educação, estudos sobre diferentes temas já foram ou são focos dos modismos como, por exemplo, os estudos sobre o cotidiano escolar, a violência na escola, a inclusão educacional, que também influenciaram e influenciam as políticas públicas. Assim, os programas e projetos que buscam dar visibilidade ao “problema social da moda” também serão objeto de estudo por parte dos pesquisadores. No campo da política educacional podemos citar, por exemplo, o movimento de municipalização da educação, que gerou diversos programas e projetos educacionais nas diferentes esferas governamentais e que foram amplamente estudados.

Também é interessante lembrar que o surgimento e fortalecimento das próprias linhas de pesquisa sobre o tema, dentro dos PPGEs deu-se, justamente, no início da década de 90 do século passado, momento de grande explosão de novas políticas para o setor educacional. O estudo de Gonçalves (2003) mostrou

---

<sup>4</sup> O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) foi instituído pela Emenda Constitucional n.º 14, de setembro de 1996, e regulamentado pela Lei n.º 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e pelo Decreto n.º 2.264, de junho de 1997. A maior inovação do FUNDEF consistiu na mudança da estrutura de financiamento do Ensino Fundamental no País, ao subvincular a este nível de ensino uma parcela dos recursos constitucionalmente destinados à Educação. A Constituição de 1988 vincula 25% das receitas dos Estados e Municípios à Educação. Com a Emenda Constitucional n.º 14/1996, 60% desses recursos (o que representa 15% da arrecadação global de Estados e Municípios) ficam reservados ao Ensino Fundamental. Além disto, introduziu novos critérios de distribuição e utilização de 15% dos principais impostos de Estados e Municípios, promovendo a sua partilha de recursos entre o governo estadual e seus municípios, de acordo com o número de alunos atendidos em cada rede de ensino. Este Fundo vigorou no período de 1998 a 2006, quando foi substituído pelo atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, cuja vigência está prevista para o período de 2007-2020.

que novas práticas discursivas, formadas por diferentes discursos, foram se formando no campo da pesquisa sobre política educacional, na medida em que a abertura política proporcionada pelo processo de redemocratização se instalou no Brasil neste período, o que engendrou novas práticas sociais no campo da política educacional, gerando diferentes e novos programas e projetos, tal como é próprio do movimento do real.

Estas constatações nos levam a tentar entender e analisar as contingências que estão na base das escolhas para, assim, compreender melhor o campo estudado.

## CIRCUNSTÂNCIAS OU CONTINGÊNCIAS? FATORES QUE INCIDEM SOBRE OS INTERESSES

Contingências e circunstâncias que vão incidir sobre a escolha de um tema de estudo estão ligadas a diversos fatores, que vão possibilitar o domínio do discurso por parte dos pesquisadores que fazem parte do campo. Afinal, estar no jogo é desejar estar nele, é dominar as regras e mostrar este domínio. Mostrar que domina o jogo no campo da pesquisa é obter o reconhecimento dos pares-concorrentes e este reconhecimento é sinônimo de poder, poder este que está ligado ao domínio que se tem sobre um discurso, ou seja, à possibilidade de produzir e distribuir um discurso. Dominar e ter poder sobre o discurso é o que, no final das contas, se busca neste jogo; como nos diz Foucault (2006), o discurso não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo, é também aquilo que é o objeto do desejo; e visto que o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que e pelo que se luta, é o poder do qual nos queremos apoderar.

Neste caminho, a escolha de determinado objeto ‘rentável’ é marcada por fatores diversos, que fazem parte da prática social em que os pesquisadores estão inseridos mas que, nem sempre, estão disponíveis para os que lá se encontram. Alguns fatores podem estar ligados à oportunidade de financiamento, à possibilidade de ocupação de um cargo de destaque, à motivação profissional e a demandas externas para a universidade, mas também há fatores relacionados à inclinação pessoal, por história extra-acadêmica e diferentes circunstâncias sócio-históricas, assim como também há a influência de outros pesquisadores mais experientes: “e o que me traz recentemente de novo [ao estudo sobre política educacional] são as circunstâncias, a questão de que o reitor me chamou para coordenar um grande projeto [...]”. (Entrevista 11).

Aqui, vemos uma articulação de fatores: a decisão de outros e a possibilidade de coordenar projetos prontos. Como vemos, o “outro” em

questão não é qualquer um, mas alguém que já possui um reconhecimento, que não necessariamente podemos afirmar que repouse no campo do discurso científico mas que, com certeza, está ligado ao campo político, ou seja, é alguém com um claro capital social e político. Assim, ser convidado por um sujeito deste porte significa reconhecimento e possibilidade de domínio de um discurso ou de uma prática discursiva. A possibilidade de coordenar um “grande projeto” traz, por suposto, perspectivas de produção de conhecimento sobre o mesmo. Isto porque, neste tipo de atividade, tem-se a oportunidade de acesso a informações novas e até exclusivas sobre o referido projeto, o que aumenta muito o domínio sobre os processos que envolvem o mesmo. Este movimento ajuda na elaboração de novos discursos que, por serem proferidos por alguém legitimamente reconhecido, já que o mesmo será elaborado por alguém que *coordena* um projeto, têm a possibilidade de serem consumidos.

As oportunidades de financiamento de novas pesquisas por órgãos de fomento internacionais ou nacionais ou por oportunidades de trabalho específico como, por exemplo, ocupar um cargo em órgão de pesquisa ou em outros departamentos da própria universidade, também são fatores citados por nossos entrevistados.

Além disso, eu venho desenvolvendo outros temas em função às vezes de demanda até mesmo externas [...]. Enfim, uma série de coisas que foram acontecendo em torno de demandas que surgiram de pesquisas no campo, seja por solicitação da Secretaria ou de outros órgãos, a gente fez pesquisa inclusive pro âmbito do Projeto Nordeste, e assim nós fomos caminhando (Entrevista 09).

[...] naquela época, em 95, mostrando como as coisas acontecem, nós recebemos uma visita da fundação Ford, do representante da fundação Ford, querendo que a gente organizasse uma linha sobre gestão e sobre preparação de gestores, porque a Ford ia entrar nessa questão da gestão da educação escolar (Entrevista 11).

Como sabemos, a situação estrutural dos cursos e as condições de andamento das pesquisas não é algo fácil no nosso país e, no Nordeste, o quadro é ainda pior. De forma que a possibilidade de financiar uma pesquisa, que muitas vezes envolve bolsas para alunos e insumos para melhorar as condições estruturais dos ambientes de pesquisa, é rara e frequentemente rejeitada. Neste caminho, nem sempre o pesquisador é movido apenas pelo interesse pessoal e acadêmico pela pesquisa em si, mas também pela possibilidade de receber insumos extras que contribuiriam para o bom desenvolvimento de pesquisas.

Observamos também, nos relatos, uma inclinação pessoal por história extra-acadêmica, como por exemplo, adesão a movimentos sociais que emergem a partir da convivência acadêmica com um professor mais experiente ou grupo

de pesquisa. Um dos entrevistados mostra a influência que um pesquisador, vindo de outro país, teve sobre a escolha de um dos seus objetos de pesquisa, e o outro sobre a influência de um grupo de pesquisa.

por que veio aqui um professor visitante dos EUA para trabalhar aqui na Universidade e ele trouxe para cá a preocupação de trabalhar com financiamento da educação, e financiamento era algo que tinha a ver com educação, política e economia e, especificamente, educação escolar (Entrevista 11).

[...] então eu trabalhei com essa linha de política da formação com a educação a distancia e depois, por influencia da própria base e até do professor que foi meu orientador, eu fui entrando na questão da gestão, da gestão da educação de uma forma geral [...] (Entrevista 06).

Como se vê, há uma articulação de fatores cujo peso está na influência exercida por um pesquisador externo, pelo grupo de pesquisa ou pelo próprio orientador que, na linguagem de Bourdieu, pode ser entendido como um par-concorrente dentro do campo científico, que já apontava a importância de estudar determinado tema. Aqui, vemos reforçada a relação dialética entre conhecimento e interesse, na qual vale observar que

o que é percebido como importante e interessante é o que tem chances de ser reconhecido como importante e interessante pelos outros; portanto, aquilo que tem a possibilidade de fazer aparecer aquele que o produz como importante e interessante aos olhos dos outros (BOURDIEU, 1994, p. 125).

Os movimentos sociais também aparecem como uma porta que se abre ao pesquisador para se interessar e pesquisar, constituindo-se numa vivência que comumente incentiva a aproximação com estudos e atuação social de natureza crítica. Aparentemente, este movimento leva o pesquisador a se interessar pela área social o que inclui, quase sempre, entender e estudar a atuação do Estado em determinados setores.

[...] Eu creio que a minha formação política, desde a época tanto dos movimentos estudantis, movimentos sociais, quer dizer a gente tem, caminha-se para a ideia de ver especificamente a atuação do estado ou da sociedade civil ou desse eterno conflito entre estado e sociedade civil, sobretudo no que se refere à questão da educação (Entrevista 02).

Aqui, temos mais um caso de construção social de um problema, pois sabemos que os movimentos sociais revestem-se e existem justamente a partir de e por problemas sociais “socialmente produzidos”, se nos é permitida a

redundância. Daí o fato de o envolvimento dos nossos pesquisadores resultarem em interesses por pesquisas no campo da política ser compreensível, dada a natureza dos objetos que são focos da luta e dos estudos desses movimentos. Por outra parte, é certo dizer que tais movimentos são conhecidos por suas estratégias de se fazer reconhecer pela sociedade em geral, de fazer conhecido e respeitado o objeto pelo que se luta, a ‘causa’ pela qual se luta. Por isto, muitas vezes, esta própria ‘causa’ é posta em debate e se transforma, também, em objeto de pesquisa e estudos por parte da comunidade acadêmica.

A motivação profissional também incide sobre a escolha do objeto de estudo. O trecho abaixo é uma mostra desta motivação. Para melhor entendimento, é importante destacar que o entrevistado em tela não tem formação inicial em educação, daí a necessidade de um estudo sobre a temática, que o mesmo vai vincular aos estudos que já vinha desenvolvendo no campo da sociologia e da psicologia social, entrando no campo dos estudos sobre política educacional.

Agora, a questão do interesse é interessante [...] Quando eu passei no concurso pra universidade, lá em Educação, e me candidatei para sair para o doutorado, uma das condições estabelecidas era que eu devia estudar sobre educação. Claro que eu ia fazer isso, ou seja, teve uma motivação institucional. E em função da temática sobre política já está presente, de alguma forma, na minha, no meu trabalho anterior de dissertação, na iniciação científica, ia dar uma certa continuidade a estes estudos, tomando a educação como objeto de estudo (Entrevista 01).

O investimento previsto neste interesse movido por circunstâncias profissionais está ancorado, também, na perspectiva de se inserir no jogo do campo da educação. Claro que a inserção legal já estava posta, na medida em que o sujeito em questão foi concursado para o cargo, mas há a busca de uma inserção legítima, que se dará pelo reconhecimento da comunidade acadêmica, que lhe cobra um título e lhe exige, diretamente, que a obtenção deste título se dê em determinada área.

Ainda foi possível observar que as circunstâncias sócio-históricas que marcam a realidade na qual a educação se insere vão demarcar, também, os interesses de pesquisa.

Há uma demanda espontânea porque educação infantil a gente precisa dar tanta resposta pra esse campo específico que eu acho que, por exemplo, os últimos acontecimentos a partir da Constituição de 1988 com a LDB de 1996 que estabelece pela primeira vez a educação infantil como dever do estado e a primeira etapa da educação básica que até então a educação infantil era ação da secretaria de ação social e aí ela passa a integrar o sistema municipal de ensino a partir

da Constituição e da LDB, então há essa demanda espontânea de investigação desse objeto. [...] Então essas, digamos assim, são demandas espontâneas que elas surgem a partir desse determinado contexto que nós estamos vivendo atualmente (Entrevista 04).

Podemos ver, na fala acima, a relação direta do tema de estudo com as questões da política educacional no Brasil. A educação infantil, tema citado pelo entrevistado, na década de 90 do século passado ainda não era considerada uma etapa da Educação Básica no nosso sistema de ensino. Neste sentido, podemos inferir que a falta de uma ação política por parte do Estado para determinado setor também se transforma em fator que deflagra um interesse de pesquisa. É inclusive este período, em que os movimentos de educadores brasileiros estão mobilizados para a construção da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBen) – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996) – que vem a colocar a Educação Infantil como parte da Educação Básica. O que pode ser considerado um indício de que o discurso científico vai ter interferência na condução das políticas educacionais, provocando mudança social.

A “demanda espontânea” citada pelo entrevistado pode representar um esforço, mesmo que inconsciente, de fixação de um sentido discursivo que supõe algo que nasce, espontaneamente, na realidade social, quando sabemos que são os homens que a criam e recriam. O que importa destacar é que o processo de democratização da educação que se instalou aqui no Brasil incidiu sobre a formulação de políticas para a Educação Infantil que, por sua vez, suscitaram estudos sobre as mesmas.

Interessante destacar que, durante a permanência do pesquisador na área de estudos sobre política educacional, ele também vai mudando seu olhar sobre a pesquisa e sobre o que é pesquisado. Há a busca por novos focos de estudo, devido ao esvaziamento de temas já amplamente trabalhados e/ou devido a um esgotamento do interesse pessoal do pesquisador por aquela temática.

A partir do início da década de 90 eu mudei, eu mudei grande parte, primeiro porque eu estava ficando assim meio cansado com os estudos sobre a política para educação e trabalho. [...] E eu vi também que tinha uma lacuna, uma falta de pesquisas nessa área [financiamento da educação] e que eu poderia fazer algo. Também me pareceu que eu estava cansado das discussões teóricas bastante ideológicas na área da educação e trabalho. Eu estava cansado dessas discussões. Financiamento não tinha muito essa discussão ideológica, era mais uma questão de busca, de abrir a caixa preta, não era tanto uma discussão ideológica, então eu gostei disso e eu poderia popularizar essa busca de compreensão a partir de dados, sem me preocupar com essas discussões ideológicas (Entrevista 11).

Bourdieu (2003) nos fala que certo campo social pode sofrer

desvalorização e que isto pode ocorrer abruptamente ou de forma mais leve, mas é certo que os condicionantes históricos e sociais vão se impor sobre o mesmo, fazendo-o valorizar-se ou o contrário. Isto vai levar os pesquisadores a buscarem uma nova temática ou um novo foco de investigação ou uma nova abordagem teórico-metodológica. Observe-se que o discurso acima, ao buscar justificar mudanças de objetos de estudo, recorre a diferentes fatores como motivações pessoais (cansaço) ou influências externas (influência de um pesquisador mais experiente). Mas, observe-se ainda que o momento histórico vai sempre incidir sobre a escolha, o momento histórico é responsável, em grande parte, pela importância de um tema. A década de 90 do século passado foi um momento propício para as discussões sobre o financiamento da educação que, naquele período, também foi foco de mudanças políticas que atingiram todo o País, tornando-se um promissor campo discursivo.

Uma outra observação pode ser feita a partir do trecho do discurso acima. Falamos da consideração que o entrevistado traz sobre a questão do financiamento: para ele este não é um campo ideológico, pois é necessário apenas ‘abrir a caixa preta’ para constituir uma análise sobre este processo. É certo que tal afirmação já traz imbuída uma perspectiva teórico-metodológica de pesquisa que, como todas as outras, está pautada por uma vertente ideológica. Dizer que estudar o financiamento da educação é apenas uma operação de ‘abrir a caixa preta’ é simplificar o movimento do real, colocando o foco na sua face quantitativa; é desconsiderar os trâmites que envolvem a elaboração e a implementação de determinada ação do Estado. Como se vê, a escolha dos temas também abriga as opções teórico-metodológicas dos pesquisadores.

A perspectiva de trabalhar com uma temática nova, um tema pouco explorado, seduz o pesquisador que, conseqüentemente, tirará proveito desta opção, já que estudos sobre novas temáticas ou com abordagens inovadoras são vistos com bons olhos pela comunidade científica. Como diz Bourdieu (1994), nada é mais incômodo para um pesquisador do que descobrir uma pesquisa anterior à sua com resultados parecidos com os seus.

O agente (intelectual) que está no campo, que possui o *habitus* incorporado, próprio daquele campo, consegue elaborar antecipações pré-perceptivas na escolha de novos objetos de estudo, que lhe darão lucros e o manterão como agente do jogo. No caso dos nossos pesquisadores, isto também pode ser evidenciado como, por exemplo, nesta fala: “e eu me animei com esta ideia de trabalhar com financiamento, em grande parte porque, naquela época, tinha poucas pessoas trabalhando com financiamento” (Entrevista 11). Bourdieu (2003) nos explica que este fato de um objeto ser novo e, conseqüentemente, ter poucas pessoas estudando sobre o mesmo consiste numa antecipação que entusiasma os pesquisadores.

A tendência dos pesquisadores a se concentrar em problemas considerados mais importantes se explica pelo fato de que uma contribuição ou descoberta concernente a essas questões traz um lucro simbólico mais importante. A intensa competição assim desencadeada tem todas as chances de determinar uma redução nas taxas médias de lucro material e/ou simbólico e, conseqüentemente, uma migração de pesquisadores em direção a novos objetos menos prestigiados, mas em torno dos quais a competição é menos forte (BOURDIEU, 2003, p. 114).

O fato de ter poucas pessoas trabalhando com determinado tema é um indicativo de que o esforço para avançar neste novo empreendimento trará 'lucro garantido'. Afinal, pesquisar e descobrir algo interessante e inovador é tido como um dos critérios de demarcação científica.

Como síntese provisória, podemos compilar as informações e dizer que o processo de produção e distribuição do discurso sobre política educacional se inicia com a escolha do objeto que, por sua vez, está marcado por fatores contingenciais e circunstanciais que vão incidir sobre estas escolhas. Na verdade dizer que a escolha é o início do processo não é inteiramente verdadeiro, a escolha está pautada por antecipações preceptivas que informam as possibilidades de que o investimento de construir um discurso sobre aquele objeto, de se envolver neste tipo de prática social, venha a produzir lucro para quem neste jogo se aventura. Ou seja, no dizer de Bourdieu, é inútil distinguir entre as determinações propriamente científicas e as determinações propriamente sociais das práticas essencialmente *sobredeterminadas* (BOURDIEU, 2003).

Bourdieu nos explica que, ao se fazer a crítica sociológica sobre a produção do discurso, é necessário substituir as relações de comunicação (ou interação simbólica) pelas de força simbólica e, ao mesmo tempo, a questão do sentido do discurso pela questão do valor e do poder do discurso; a competência linguística pelo capital simbólico inseparável da posição do locutor na estrutura social. Isto é o que vimos se desenhar nos discursos destacados: o interesse está ligado a esta possibilidade de a produção do conhecimento representar o ganho de certo tipo de capital simbólico que, por seu turno, distinguirá uma posição de onde se fala na estrutura social do campo.

## LIMITES E FRAGILIDADES: O QUE OS INTERESSES REVELAM SOBRE A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA UNIVERSIDADE

Alguns limites e fragilidades podem ser mapeados nesta relação entre conhecimento, interesse e o que é produzido na universidade e, especificamente, no campo empírico que pesquisamos. O primeiro deles repousa sobre os

resultados das pesquisas encomendadas. Como pudemos observar na fala dos nossos pesquisados, eles frequentemente são chamados para intervir, para opinar, para avaliar ou até coordenar determinados programas ou projetos e, a partir daí, eles vão se interessar por investigar os mesmos. Ou seja, há um chamamento da universidade para assessorar determinados programas; neste caso, há um movimento em que os pesquisadores tendem a transformar estes programas em objetos de investigação.

Num discurso já apresentado nesta análise, um deles é convidado para trabalhar com o FUNDEF e o transforma em objeto de estudo. Outros casos semelhantes acontecem, como abaixo:

Quando eu entrei na universidade como professora eu já estava assessorando um trabalho de PROGESTÃO que era um trabalho de formação de gestores à distância da Secretaria de Educação, aí eu entrei com um projeto nessa linha de formação de gestores a distância. [...]. Agora, porque eu tô indo para a política de educação superior? Na verdade eu participei do trabalho do INEP, que fez uma avaliação sobre o ensino superior e tem dois alunos de graduação e um doutorando trabalhando com educação superior. Então eu resolvi entrar com o projeto dentro dessa área, muito embora eu queria dar o recorte pra puxar pra educação a distância, avaliar os programas de graduação que estavam sendo realizados a distância, aí você não vai fugir muito do que você está estudando (Entrevista 06).

O movimento acima, assim como o relato anterior sobre o FUNDEF, operam um processo relativamente constante: a aproximação a um determinado programa de ação gera interesse para realização de pesquisa sobre o mesmo. Em princípio, este movimento é relevante para a produção do conhecimento, inclusive porque os exemplos levantados sugerem a elaboração posterior de projetos de pesquisa, independentemente de um vínculo do pesquisador com a máquina governamental responsável pela elaboração do projeto e programa foco de interesse. O problema se coloca quando o Estado ou outras instâncias reguladoras ou de financiamento convidam pesquisadores universitários a produzir análises sobre determinado programa em ação ou sobre uma faceta da política educacional que demanda interesse institucional.

[...] em 2002 eu recebi uma demanda de pesquisa que me levou para uma linha um pouco diferente do que eu vinha percorrendo [...] A Secretaria nesse momento estava interessada em produzir um material, já que o último material era da década de 70 sobre a história da educação, no sentido mais de uma cronologia da história, então eu aceitei, como bem fiz num prazo muito curto. Mas esse trabalho me despertou pra uma temática muito presente na política educacional que vem me acompanhando desde sempre, praticamente, que são os estudos sobre legislação, tanto no presente quanto no passado (Entrevista 09).

Muitos outros casos são relatados e envolvem financiamento de diversas instâncias reguladoras, desde o Estado (representado por seus diversos entes federativos) até grandes instituições financiadoras como a Fundação Ford e o Banco Mundial, dentre outras, que vão proporcionar o estabelecimento de pesquisas induzidas dentro da academia. Podemos até nos arriscar a dizer que este é um movimento bastante comum dentro do campo da política educacional, inclusive porque acompanhar e avaliar a política em ação é um dos compromissos da academia. Mas o que queremos destacar é que este movimento de indução do próprio aparelho do Estado ou de instituições financiadoras pode cercear a capacidade crítica do pesquisador, já que se trata de algo por encomenda. Como já demonstraram Figueiredo e Sobral (1999), há uma redução da autonomia do pesquisador e uma interferência na escolha dos objetos de pesquisa.

Este movimento traz sérias implicações sobre a produção do conhecimento na universidade. Como produzir um conhecimento engajado a serviço do próprio Estado ou de uma determinada instituição financiadora? Há de se destacar a dificuldade de uma área cujo objeto está extremamente vinculado ao Estado, há uma simbiose entre a pesquisa sobre a política educacional e o próprio Estado e esta simbiose certamente vai se refletir na produção, quando a mesma tem financiamento da própria instituição responsável pela implementação da política.

Duas ordens de reflexões podem ser construídas sobre este caso: uma, que coloca em análise o papel da universidade e, outra, que coloca em foco o papel do pesquisador.

A universidade é uma instituição cujas funções estão pautadas na tríade ensino, pesquisa e extensão, que supõe um trabalho direcionado para a formação qualificada de profissionais que vão atuar na sociedade, na produção de conhecimento e na intervenção social qualificada. Assim, esta instituição deve ser considerada um espaço de produção do conhecimento, “produção essa que deve procurar responder às necessidades sociais amplas e ter como preocupação tornar-se expressão do real, compreendida como característica do conhecimento científico” (FÁVERO; SEGENREICH, 2004, p. 101). Esta produção do conhecimento, vinculada a uma reflexão e a uma ação sobre a e na sociedade, deve sempre considerar a provisoriedade do conhecimento e se pautar pelo princípio da autonomia universitária.

As contribuições das pesquisas realizadas devem advir do aprofundamento dos temas e da utilização do olhar crítico e do potencial criativo do pesquisador, que atuam como ferramenta de análise para os temas em questão; afinal, sem crítica e sem criatividade não há ciência. Neste sentido, considerando o princípio da

autonomia e da criticidade, é que colocamos em xeque os resultados de pesquisas encomendadas, dado que a ‘encomenda’ vem acompanhada de exigências político-ideológico para elaboração do produto final o que, por sua vez, vai interferir no necessário posicionamento crítico e criativo do pesquisador e na autonomia universitária.

A inserção de um pesquisador num processo de avaliação de um programa ou projeto educacional em ação, quando se processa a partir de um convite da instituição financiadora do mesmo (seja o Estado, seja outra), gera uma análise de dados por encomenda. Na maioria das vezes, o processo busca que sejam identificados os fatores que estão interferindo no sucesso, busca também indicar possíveis soluções para os problemas diagnosticados, mas há uma restrição para as análises: a pesquisa é ‘presa’ a determinado contexto. Como considerar os resultados como conhecimento acadêmico?

Como exemplo, um dos entrevistados comenta que o seu núcleo de pesquisa assumiu, a convite do Ministério da Educação (MEC), a coordenação do processo de avaliação e monitoramento regional do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: educação, qualificação e ação comunitária (PROJOVEM)<sup>5</sup> e ressalta que, a partir deste trabalho, podem ser realizadas pesquisas com os dados levantados no processo. No entanto, sabemos que há restrições, alguns documentos são de uso restrito, há um acordo para utilização dos dados etc. É óbvio que, neste movimento, haverá sempre a chance de produção crítica sobre o Programa em foco, mas também haverá textos elaborados sob encomenda específica do processo de monitoramento e avaliação. Neste caso, o texto encomendado, logicamente, vai obedecer ou se pautar pelo que for solicitado/ indicado nas exigências do contrato de trabalho.

Cabe aqui lembrar, também, uma discussão que se reporta ao papel dos intelectuais/pesquisadores no campo acadêmico. Se considerarmos que são eles os responsáveis por realizar as sínteses explicativas sobre o real e, ademais, sendo o conhecimento científico reconhecido como uma forma de explicação hegemônica sobre a realidade, devido às configurações sociais e políticas que os cercam, é certo que os intelectuais se arvoreem como grupo responsável pelo monopólio deste discurso legítimo sobre o real (o discurso científico). Este discurso científico, então, fica prejudicado, em sua essência crítica e criativa, na medida em que o contexto ideológico da ‘encomenda’ vai influenciar o resultado da pesquisa.

---

<sup>5</sup> O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) visa à formação integral do jovem entre 18 e 29 anos que não concluiu o ensino fundamental, para inseri-lo no mercado de trabalho e possibilitar a ele o exercício da cidadania. Oferece um curso de duração de 18 meses, que é realizado presencialmente e a distância. Ao participar do Programa, os alunos recebem uma bolsa mensal de R\$100,00. O ProJovem Urbano é um programa do Governo Federal, vinculado ao Ministério da Educação e realizado em parceria com as secretarias estaduais de educação, que oferecem o programa de acordo com a realidade da região.

É certo que o interesse é condição de funcionamento de um campo, na medida em que é o mesmo que estimula os agentes que estão no campo e por certo também o interesse, no movimento constante do real, constituindo-se em produto de funcionamento de um campo, em um processo próprio de uma organização dialeticamente relacional. O interesse é uma instituição arbitrária, sempre haverá diferentes interesses em jogo dentro de um campo, interesses que são variáveis segundo o tempo e o lugar, quase infinitamente (BOURDIEU, 1990).

É no seio destes jogos de interesses que podemos entender que a relação produção do conhecimento/interesse/campo científico é muito mais complexa do que as teorias tentam explicar e que, neste sentido, vão ser distribuídos e consumidos discursos marcados por este processo que, em todo caso, possui legitimidade dentro do campo acadêmico.

Discutindo, ainda, o que identificamos como um fator limitador ou uma fragilidade no processo de construção do conhecimento dentro do campo acadêmico em análise, destacamos o fato de que detectamos interesses específicos que emergem do contato com os alunos.

“Tem” algumas temáticas que você se identifica mais. Eu gosto muito de trabalhar com a temática de formação, mas também gosto da gestão. E o que me levou a trabalhar com a política de Educação Infantil, que eu nunca tinha trabalhado, foi o fato de ela [uma aluna] ter articulado com os órgãos internacionais, que é uma discussão que a gente faz muito antiga. [...] Então quando ela veio com esse projeto, eu achei que esse projeto era uma coisa relevante, pelo menos para mim. Essa foi uma das opções por esse objeto de estudo, não que eu realmente pretenda trabalhar com Educação Infantil, isso eu não pretendo não (Entrevista 06).

De princípio, podemos ver este como um movimento contrário à lógica própria desse campo: normalmente é o aluno que se espelha no professor/orientador, numa relação de ‘dominante-dominado’. Aqui há um interesse por novo objeto a partir das demandas de um aluno, o que não é muito comum acontecer. A situação acima indica uma mudança do *modus operandi* próprio de um orientador pois, na verdade, o ofício do orientador é dirigir uma pesquisa; assim, o aluno vai, aos poucos, adquirindo e incorporando o *habitus* científico.

Esses limites e fragilidades por certo podem não ser regra geral em todos os programas, ou em todas as linhas que têm como objeto de estudo a política educacional, mas vão impactando sobre os resultados das pesquisas e devem ser olhados a partir dos riscos que eles oferecem na constituição e na significação de um campo acadêmico. Para que o discurso possa ser reconhecido como científico, precisa ser lógico, sistemático, coerente e, sobretudo, bem

argumentado. Neste sentido, ele será marcado pela argumentação técnica, que coloca em foco o necessário tratamento técnico, e pela argumentação política, cujo foco repousa sobre a questão dos fins e dos conteúdos, da prática histórica que marca e constitui de significados um discurso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos dizer que o discurso acadêmico do campo da política educacional vai sendo marcado por esses e por outros interesses que, como diz Bourdieu, são variáveis no tempo e no lugar, quase ao infinito. O tempo atual brasileiro, que ainda guarda certa efervescência política no campo educacional, dado que este âmbito social é reconhecidamente foco de grandes problemas, é recortado por programas e projetos, muitos deles passageiros e emergenciais, e outros que vão se consolidando. Este tempo vai sempre marcar o surgimento de interesses diversos, que vão mobilizar o campo em estudo e, ao mesmo tempo, condicionar o discurso e as práticas sociais que se formam com ele e a partir dele. Importa destacar que o lugar de onde falamos, os PPGEs do Nordeste do Brasil, carregam as marcas desta região e estas marcas e significações também vão ser projetadas nos discursos e nas práticas sociais próprias deste contexto.

Mas, como foi apresentado, o interesse não surge gratuitamente, pura e simplesmente por conta de um novo programa ou projeto em ação. O que foi possível visualizar, a partir dos discursos dos nossos pesquisadores, é que o par dialético ‘conhecimento e interesse’ está marcado por circunstâncias e fatores que vinculam o pesquisador às possibilidades de produzir um discurso que possibilite o aumento do seu capital científico e, por conseguinte, do seu capital social.

Considerando, conforme nos diz Bourdieu (2003), que o discurso é uma *relação de força simbólica*, baseada numa relação de autoridade-crença, vemos que a escolha dos objetos de estudo, aqueles sobre os quais vão se produzir os discursos, caminham na busca da concretização desta relação ou do reconhecimento da autoridade de quem o produz. A escolha do objeto é apenas um passo nesta relação, que está marcada por estratégias de conservação e legitimação ou de subversão do campo. Ademais, a escolha, o surgimento do interesse, dado o processo que encerra, não deixa também de ser uma estratégia; utilizando a metáfora do jogo, poderíamos dizer que esta pode ser a fase de planejamento, aquele momento em que se estudam as possibilidades de perda ou ganho, aquele momento em que se avaliam os adversários, aquele momento em que, por fim, define-se que vale a pena entrar no jogo, aceitar as regras e viabilizar as conquistas que são possibilitadas pelo jogo.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete M. L.; AGUIAR, Márcia A. Características e tendências dos estudos sobre a política educacional no Brasil: um olhar a partir da ANPEd. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 77, p. 49-70, dez, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. 6ª ed. Campinas: Papirus, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Poder simbólico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. A economia das trocas linguísticas. *In*: ORTIZ, Renato (Org). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho D'água, 2003, p. 156-182.

\_\_\_\_\_. O campo científico.. *In*: ORTIZ, Renato (Org). **Sociologia**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1994, p. 122-155.

\_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 23 dez., 1996.

BUENO, Silveira. **Minidicionário** – inglês/português – português/inglês. São Paulo: FTD, 2000.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Ed. UnB, 2001.

FÁVERO, Maria de Lourdes A.; SEGENREICH, Stella C. Universidade, ciência e tecnologia (1985-2000): algumas questões. *In*: MACEBO, Daise.; FÁVERO, Maria de Lourdes A. (Orgs.). **Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 81-109.

FIGUEIREDO, Vilma; SOBRAL, Fernanda A. de F. A pesquisa nas universidades brasileiras. *In*: VELLOSO, Jacques (Org). **Universidade pública: política, desempenho, perspectivas**. Campinas, SP: Papirus, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 14ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

GONÇALVES, Nádia Gaiofatto. **A relação estado e educação na produção acadêmica brasileira (1971-2000)**., 2003. 184 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

HABERMAS, Jurgen. Conhecimento e Interesse. *In*: BENJAMIM, M. Walter e outros. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 301-312. (Coleção Os Pensadores).

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: Educat, 2002.

---

**ANA LÚCIA FELIX DOS SANTOS** é mestra e doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco onde também atua como docente e pesquisadora.

*Recebido em outubro de 2013*  
*Aprovado em dezembro de 2013*